

EIXO TEMÁTICO 6 | EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL: um olhar sobre os Institutos Federais no Brasil

PROFESSIONAL EDUCATION, PUBLIC POLICIES AND LOCAL DEVELOPMENT: a look at the Federal Institutes in Brazil

Janaína Maria da Silva Linhares¹
Raimundo Lenilde deAraújo²

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a expansão da educação profissional brasileira com os Institutos Federais a partir de uma nova institucionalidade, com a mudança da visão de formação tecnicista para o mercado de trabalho e direcionando o olhar a uma formação integral, articulada e integrada com o desenvolvimento local. A análise utilizou artigos de diversas bases de dados e técnica qualitativa. Os principais resultados apontam para uma instituição que, apesar dos desafios organizacionais, administrativos e estruturais, colabora com os territórios onde está inserida por meio da educação, da transferência de conhecimento, da gestão compartilhada e da troca de saberes junto aos envolvidos.

Palavras-chave: Institutos Federais; educação profissional; desenvolvimento local; políticas públicas.

ABSTRACT

The present work aims to reflect on the expansion of professional education with the Federal Institutes based on a new institutionality, with a change in the vision of technical training for the job market and directing the focus towards comprehensive training, articulated and integrated with local development. The analysis used articles from different databases and qualitative techniques. The main results point to an institution that, despite institutional, administrative and structural

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da UFPI. E-mail: janaina.maria@ifpi.edu.br

² Doutor em Educação Brasileira Brasileira (UFC), professor da UFPI, do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP/UFPI) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO/UFPI). E-mail: raimundolenilde@gmail.com

challenges, collaborates with the territories where they are located through education, knowledge transfer, shared management and the exchange of knowledge with those involved.

Keywords: Federal Institutes; professional education; local development; public policies.

1 INTRODUÇÃO

A implantação dos Institutos Federais constitui uma importante política pública que interiorizou a educação profissional no Brasil por meio da Lei 11.892/2008 (Brasil, 2008). Essas instituições possuem uma gênese “assistencialista” (Santos, 2018, p. 742) que buscava atender os menores desvalidos e indivíduos carentes da sociedade e, em muitos momentos, estiveram voltadas para contemplar as necessidades de formação de mão de obra para o mercado de trabalho e para a reprodução do capital, suprimindo a lógica desenvolvimentista de industrialização do país na primeira metade do século XX (Macedo, 2017).

Hoje, os Institutos Federais fazem parte de uma Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica - RFEPT, “com oferta de itinerários formativos envolvendo os mais diferentes níveis e modalidades de ensino, desde a educação básica até as pós-graduações a públicos estudantis diversificados” (Souza Júnior, 2020, p. 9), em diversos municípios brasileiros.

Diante disso, o objetivo do trabalho é refletir sobre a atuação dos Institutos Federais, buscando averiguar quais as contribuições econômicas, sociais e ambientais que podem colaborar para a redução das desigualdades educacionais e locais. O problema central é, portanto, analisar publicações referentes aos Institutos Federais e verificar quais aspectos são levantados na literatura para considerá-los uma política pública que contribui para o desenvolvimento local?

É importante considerar, para este estudo, a proposta de criação dos Institutos Federais à luz dos seus objetivos legais. Para isso, faz-se referência ao Art. 6º da sua lei de criação, que trata das finalidades e características. Nesse artigo, observa-se a menção ao desenvolvimento regional no inciso I, às peculiaridades regionais no inciso II e aos arranjos produtivos, sociais e culturais locais no inciso IV (Brasil, 2008).

Pacheco (2010, p. 19) destaca que os institutos são “espaços privilegiados de aprendizagem, inovação e transferência de tecnologias capazes de gerar mudança na qualidade de vida de milhares de brasileiros”. A partir do autor, busca-se verificar a intervenção dos

Institutos Federais no intuito de desenvolver as potencialidades das regiões onde estão inseridos, utilizando seus recursos humanos, sua tecnologia e sua estrutura para dialogar com os públicos, formando uma rede integrada, permeada de interações e compartilhamento de conhecimento e não apenas uma administração de técnicas distantes da realidade local.

A análise utilizou artigos de bases de dados, que foram pesquisados no Google Acadêmico, a partir dos descritores: Institutos Federais, Políticas públicas, Desenvolvimento local e regional, sendo incluídos somente artigos relacionados ao objeto e à questão de estudo, a partir da leitura dos resumos, sem considerar ano de publicação. A coleta de dados utilizou extração de informações-chave, e a análise de dados contou com abordagem qualitativa (Godoy, 1995; Günther, 2006). Consiste, dessa maneira, numa revisão bibliográfica, incluindo artigos acadêmicos, publicações, documentos e legislação referentes aos Institutos Federais.

O texto foi organizado em quatro partes: introdução com contextualização da temática; os Institutos Federais como política pública, enquanto instância educacional para além da formação técnica; os Institutos Federais e o desenvolvimento local, considerando o território como espaço de potencialidades, transformação e diálogo; e as considerações finais.

2 INSTITUTOS FEDERAIS COMO POLÍTICA PÚBLICA

No âmbito das políticas educacionais, os Institutos Federais atuam como importante política pública no Brasil. A partir dessa assertiva, apresenta-se o argumento de Macedo (2017, p. 102) que afirma: “como política pública, a educação profissional e tecnológica abrange não somente a oferta de cursos voltados para a formação do trabalhador, mas principalmente, assume o compromisso com todo o campo social”.

De acordo com Souza e Silva (2016), a constituição dessa política remonta às Escolas de Aprendizes Artífices, criadas em 1909. Nesse percurso histórico, os autores destacam que as escolas passaram por muitas transformações, com diferentes denominações, finalidades, características e objetivos, enfrentando desafios para responder às problemáticas da relação capital e trabalho.

Para Pereira e Cruz (2019, p. 2), existe sempre uma disputa na concepção da educação profissional. De um lado, verifica-se “a qualificação para o trabalho articulada a uma visão crítica, humanista, holística [...]. De outro a capacitação numa visão empresarial, utilitarista e instrumental”.

Pode-se dizer que a construção dessa política remonta a inúmeras transformações e sempre esteve alicerçada num embate político, ideológico, econômico, cultural e social. Dessa forma, Pacheco (2020) destaca a importância de ultrapassar a dualidade e divisões presente na educação, rompendo com a opressão da classe que domina porque se apropria do saber intelectual.

As elites defendem uma educação geral, humanística e de qualidade para sua classe e a simples formação de mão de obra para o capital. Esta divisão busca perpetuar a divisão social entre os que mandam e os que executam, entre os trabalhadores que produzem a riqueza com seu trabalho e as classes que se apropriam dessa riqueza, entre trabalho intelectual e trabalho manual (Pacheco, 2020, p 12).

Pacheco (2020, p. 7) destaca que “os IFs são uma institucionalidade inédita em nossa estrutura educacional, original na medida em que não se inspira em nenhum modelo nacional ou estrangeiro”. Com base no pensamento do autor, percebe-se que um dos objetivos dos Institutos é derrubar essa separação entre ensino técnico e científico, de forma a integrar as áreas do conhecimento para promover a autonomia dos sujeitos.

Importante destacar também que, diferente dos processos anteriores de implantação das unidades de educação profissional, a política de expansão dos Institutos Federais buscou “romper com a dualidade urbano rural” (Pozzer; Neuhold, 2024, p. 46). Para os autores, a “mudança no perfil dos municípios atendidos pelos Institutos Federais resultou de uma política governamental concertada e estruturada sob a égide do desenvolvimento regional endógeno” (Pozzer; Neuhold, 2024, p. 53).

Os autores afirmam, portanto, que uma das inovações significativas trazidas pela ampliação da Rede Federal foi estender a educação profissional e tecnológica para áreas do interior do território nacional, principalmente para aquelas com poucas oportunidades educacionais e de formação profissional, promovendo uma distribuição que fosse relativamente mais uniforme (Pozzer; Neuhold, 2024).

Nesse contexto, Souza Júnior (2020) destaca que os Institutos Federais apresentam uma nova proposta político-pedagógica, com estrutura “multicampi” e “pluricurricular”. Macedo (2017, p. 95) acrescenta que essas instituições trazem “novas proposições e novos conceitos na busca de respostas às expectativas do mundo do trabalho e da sociedade contemporânea”. E Pacheco (2010) complementa esse pensamento quando diz que estabelecer os Institutos Federais como política pública é superar a submissão às formas de poder econômico, é

estabelecer consonância com outras esferas de poder público e da sociedade civil e atuar em rede, num projeto abrangente de educação pública.

Sousa e Silva (2016) destacam ainda que, com base em um plano de expansão, a educação profissional viveu um crescimento a partir de 2005, pois até essa data apenas 140 escolas técnicas haviam sido implantadas. Os autores apresentam a expansão dividida em três etapas: de 2005 a 2007 (primeira fase), de 2007 a 2010 (segunda fase) e de 2011 a 2014 (terceira fase). Essa expansão continuou nos anos seguintes e, de acordo com o MEC, hoje são 682 unidades e mais de um 1,5 milhão de matrículas (Brasil, 2024).

Ainda nessa lógica, o Governo Federal, decorridos 10 anos após a última expansão, anunciou, em 2024, a criação de mais 100 novos campi dos Institutos Federais (Brasil, 2024). Isso mostra que os IFs permanecem presentes como política pública, dentro de programas nacionais de investimentos.

Com fundamento em dados do Tribunal de Contas da União, Souza e Silva (2016) apresentaram informações importantes sobre a interiorização dessa política pública. Na época da pesquisa, os autores destacaram que 85% dos campi estavam fora das capitais dos estados e a instalação de unidades aconteceram em cidades com menos de 50 mil habitantes, o que demonstra “um viés de redução de desigualdade regional e sub-regional, bem como de interiorização” (Souza; Silva, 2016, p. 22).

Para além das dificuldades, tais como: evasão, deficiências de infraestrutura, dificuldades de parcerias com setor produtivo, formação continuada de professores, os autores destacam, em sua pesquisa, que “essas vulnerabilidades não diminuem o mérito da política de expansão dos IFs [...] se considerarmos o avanço social que isso representa para cidades do interior do Brasil” (Souza; Silva, 2016, p. 23).

Ainda sob esse olhar, nas palavras de Souza Júnior (2020, p. 9), “a expansão [...] dos IFs contribuíram para assumir a perspectiva de uma educação como direito e da consolidação de um projeto societário pautado no compromisso com a inclusão social”.

Destaca-se que, além da própria EPT ser concebida como uma política pública no campo educacional, o próprio IF também é concebido a partir dessa perspectiva, partindo da premissa de que, além de ser uma instituição federal (não apenas pela presença em todas as regiões do país), possui uma estrutura política, pedagógica e institucional comprometida com a inclusão social e a difusão do conhecimento (Souza Júnior, 2020, p. 3).

Dessa maneira, enquanto política pública, os Institutos Federais recebem financiamento

a partir do orçamento federal, para atender as demandas sociais, por meio de acesso universal e gratuito ao ensino público, com formação integral e não apenas a formação para o mercado de trabalho. Houve, portanto, um processo de interiorização da educação profissional, com descentralização das oportunidades, desenvolvimento de setores estratégicos para a economia local, que visaram reduzir as desigualdades.

Para além do caráter inovador dos Institutos Federais, é preciso considerar os desafios e dificuldades da sua efetivação, pois o desenvolvimento, tanto em escala nacional quanto local, passa por uma instituição de ensino fortalecida que busca responder aos problemas contemporâneos da sociedade, do mundo do trabalho e suas questões institucionais, políticas, administrativas e pedagógicas.

Dessa maneira, verifica-se que é necessário articular a integração dos saberes científicos, tecnológicos e culturais propostos na lei de criação dos IFs para que possam vencer a “fragmentação dos saberes” (Minghelli, 2018, p. 161). Dentro dessa política de educação profissional, os Institutos Federais buscam ser “o ponto de convergência dos estudos teóricos, políticos e tecnológicos, com o claro objetivo de interpretar o mundo e transformá-lo” (Minghelli, 2018, p. 158).

Com esse olhar, apresentam-se aqui algumas questões que precisam de atenção, como a questão da verticalização “para que o aluno percorra um itinerário formativo dentro de um determinado eixo tecnológico” (Minghelli, 2018, p. 162). O autor fala que essa realidade ainda não possui uma materialidade na prática, com necessidade de mecanismos que possam promover a verticalidade. Sobre o assunto, Pozzer e Neuhold (2024, p. 52) destacam que “essa estrutura possibilita que [...] os estudantes prossigam seus estudos até a pós-graduação, sem necessidade de migrarem do território”.

Outro desafio é a enorme taxa de evasão, como constatado no estudo de Ramos Neto (2019), que utilizou um relatório de auditoria da rede federal do Tribunal de Contas da União. O relatório mostrava que, em 2012, apenas 31,4% de estudantes de cursos técnicos subsequentes haviam concluído os estudos e somente 46,8%, no ensino técnico integrado. Ramos Neto (2019) destaca que o MEC orientou a construção dos Planos Estratégicos Institucionais para a Permanência e Êxito dos estudantes. Nesse ponto, o autor colocou que a maior parte desses planos não “questionou o projeto pedagógico dos Institutos Federais, sempre exaltado na literatura pelas inovações que se propôs” (Ramos Neto, 2019, p. 22). Seria esse, então, um ponto a ser estudado em futuras pesquisas?

Outro ponto considerado, de acordo com Santos (2018, p. 745), é a formação dos professores para atuar nos IFs, pois “observa-se que os docentes ou são provenientes de cursos de licenciatura para atuação na educação básica ou são bacharéis, que em seus processos formativos não vivenciaram práticas educativas interdisciplinares”.

De acordo com Minghelli (2018, p. 164), outro enfoque que merece destaque é que os Institutos Federais não podem estar vinculados a um modelo de “matriz universitária”. Isso é importante para o desenvolvimento local, pois não é possível uma instituição que aja como academia atuar somente no campo do saber científico e desconectada da realidade, das demandas sociais e da pesquisa aplicada. É preciso socialização e experiências dentro e fora da instituição.

E para completar esses desafios que estão presentes na atuação do IFs, recorreu-se a Pereira e Cruz (2019, p. 15) que destacam: “seus quadros dirigentes, docentes e técnico-administrativos deverão incorporar o debate sobre a construção do desenvolvimento às escalas local e regional, como dimensão de um projeto nacional de desenvolvimento”.

3 INSTITUTOS FEDERAIS E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Para Martins (2002, p. 51), “o termo desenvolvimento tem sido associado à noção de progresso material e de modernização tecnológica”. Conforme o autor, pensar por esse viés é ver somente o lado positivista a partir de números e indicadores, mas ele destaca que atualmente o desenvolvimento deve ser pensado e planejado a partir de uma condição mais humana e social, pois é importante considerar a comunidade como protagonista e não apenas como beneficiária e passiva.

[...] o desenvolvimento local aparece num contexto em que se esgotam as concepções de desenvolvimento associadas a progresso material (acúmulo de riquezas), pessoal (“ganhar a vida”) e ilimitado (“quanto mais melhor”), mas sobretudo é um produto da iniciativa compartilhada, da inovação e do empreendedorismo comunitários (Martins, 2002, p. 51).

O olhar para a dimensão local busca vencer a lógica do modelo atomizado e centralizado, dando espaço para a valorização dos recursos endógenos para fomentar o crescimento dos espaços regionais. Para Pacheco (2010), essa trajetória passa, essencialmente, por uma educação que crie possibilidades de o indivíduo se desenvolver, transformar e criar

conhecimento por meio de vivências e interações práticas com o mundo real.

Ademais, parte-se do pensamento de Martins (2002, p. 54) sobre “uma nova concepção de desenvolvimento, que valoriza o local como referência territorial (sentido de lugar)”. Nesse contexto, pode-se dizer que a expansão dos Institutos Federais nos municípios brasileiros contempla esse fator de desenvolvimento, pois abrange a escala territorial, a dimensão prática, cotidiana e suas particularidades.

Pacheco (2010, p. 19) diz que o “território de abrangência das ações de um Instituto Federal é a mesorregião, isto é, espaços geográficos com características socioeconômicas, políticas e culturais comuns”. Esse argumento pode ser constatado também em Pereira e Cruz (2019, p. 1):

Constata-se que os critérios de localização dos novos campi possibilitaram a sua difusão em regiões periféricas e em mesorregiões que podem ter a sua dinâmica socioeconômica positivamente impactada, numa perspectiva de políticas intersetoriais voltadas para o desenvolvimento regional.

Souza (2019) ressalta que, com base no território de abrangência e no mapeamento das potencialidades, os Institutos Federais encaminham suas atividades acadêmicas, culturais e científicas em benefício da economia local e regional.

É nítida a importância conferida ao território na consecução da expansão da rede federal e na abrangência de atuação dos Institutos Federais [...]. Assim, espera-se que os Institutos Federais capitalizem os percursos formativos, as particularidades culturais dos atores sociais e as características econômicas do território de atuação, nas escalas local e regional, para o fomento de produção de inovações científicas e tecnológicas (Souza, 2019, p.75).

Pode-se dizer, então, a partir de Pacheco (2010), que a política pública advinda com a criação dos Institutos Federais compreende a perspectiva territorial em sua formação, a exploração das capacidades, a vocação e arranjos produtivos e a transmissão de tecnologias a partir das demandas desse espaço, sendo que se faz necessário, para isso, o monitoramento das condições e das questões econômicas, políticas e culturais da região.

Pozzer e Neuhold (2024, p. 54) destacam ainda que “o olhar para o local, especialmente para os problemas locais, era dificultado pelo próprio distanciamento geográfico em relação aos centros de produção de conhecimento”. Os autores ressaltam que essa problemática ainda faz parte da realidade brasileira, mas foi minimizada com a política de educação profissional que passou a ter um processo de implantação nas pequenas e médias cidades.

Pacheco (2020, p. 8) ressalta ainda que os Institutos Federais “opõem-se desta forma à cultura isolacionista e individualista, muito forte na universidade clássica”. E Pereira e Cruz (2019, p. 15) confirmam esse pensamento quando dizem que “[...] à política de expansão e à criação dos Institutos Federais se opõe a lógica da localização concentrada e segregadora dos equipamentos públicos”.

Nessa linha de pensamento, Pereira e Cruz (2019) afirmam ainda que a expansão seguiu dois vetores: “regionalização” e “territorialização”. Ambas contribuíram para a maior oferta de educação profissional, articulada com as práticas locais e regionais, tornando-se uma política diferente das que marcam o percurso histórico do desenvolvimento educacional brasileiro.

Destaca-se ainda, conforme Pereira e Cruz (2019, p. 4), que a oferta de formação profissional vem acompanhada e integrada ao “desenvolvimento da pesquisa aplicada e promove-se a ampliação e democratização do acesso ao conhecimento científico e tecnológico por meio de atividades de extensão”.

Para considerar o caráter inovador desse modelo de instituição que são os Institutos Federais, utilizam-se as proposições de Barbieri *et al.* (2010) ao dizerem que não é suficiente introduzir novidades de qualquer tipo, mas se faz necessário atender a dimensões da sustentabilidade, considerando as relações sociais, ambientais e econômicas. A partir de Barbieri *et al.* (2010), ressalta-se que o processo interativo deve englobar: a dimensão social, com percepções sobre organização na comunidade e qualidade de vida; a dimensão ambiental, com atenção para a preservação dos recursos e os cuidados com o meio ambiente; e a dimensão econômica, com valorização local, qualificação e geração de renda. Nestes casos, é preciso verificar como todas essas dimensões são sustentadas pela dimensão educacional pela qual os institutos buscam desenvolver suas ações.

Albagli e Maciel (2004, p. 11) afirmam que “a difusão e o compartilhamento de informações e conhecimentos requerem que os atores estejam conectados [...] que propiciem os vários fluxos de conhecimento e o aprendizado interativo”. A partir dessa ideia dos autores, percebe-se que a interação deve ser dialógica e recíproca, em uma relação que envolva vários agentes locais, como comunidades e sindicatos rurais, agricultores, entes políticos municipais, organizações não governamentais, pequenas e microempresas na região, agentes institucionais, como alunos e professores e canais de interação, com projetos de extensão e pesquisas, cursos, capacitações, acordos de cooperação técnica etc.

A partir desse contexto, Pereira (2019, p. 13) verificou que, “sob o vértice do

desenvolvimento regional, a presença dos campi dos Institutos Federais favorece um novo ordenamento territorial, na medida em que suas atividades finalísticas podem fomentar o planejamento e a definição de novos fluxos de investimentos”.

Pacheco (2020, p. 7) afirmou ainda que os Institutos Federais “preconizam a atuação junto aos territórios e populações com vulnerabilidade social objetivando integrá-las à cidadania e aos processos de desenvolvimento com inclusão”. Para isto, o autor apresentou a territorialidade como sendo “ponto de partida e de chegada” (Pacheco, 2020, p. 8).

Pacheco (2020, p. 9) coloca também, dentre os principais objetivos dos IFs, “estabelecer vínculos com as comunidades onde os campi estão localizados, participando da vida destas e contribuindo para o enfrentamento e solução de seus problemas”. Há, portanto, a percepção de que atuar na dimensão da territorialidade requer dos Institutos Federais um compromisso e uma sinergia de esforços para o desenvolvimento local.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de uma visão crítica, não é possível excluir a contradição inerente a essa política pública, pois o Estado atua para atender as demandas do Capital, mantendo a ordem com menos conflituosidade e consenso pela adesão, buscando integração social. No entanto, para além da dualidade histórica, a Política Pública de Educação dos Institutos Federais, considerando suas dinâmicas e diferentes sujeitos envolvidos, cumpre seu papel articulador e fomentador e impacta positivamente a vida das pessoas, com superação da visão de educação exclusivamente geral ou técnica, desarticulada das condições sociais e da formação integral humana.

Confirma-se esse pensamento do ponto de vista que a Educação enquanto política, através dos Institutos Federais, consegue chegar a muitas localidades, levando conhecimento técnico, científico e inovações, permitindo que a academia faça esse elo entre a disseminação da pesquisa e a vivência prática do cotidiano. Conclui-se que, apesar dos desafios que ainda precisam ser superados, há uma aproximação com o território onde estão inseridos, não sendo desconexa sua ação da realidade local. Os Institutos Federais apresentam, portanto, importância significativa na história educacional do país, com um modelo inovador, com articulação no processo formativo, na busca por soluções tecnológicas, envolvendo os pilares do ensino, da pesquisa e da extensão para atender as demandas sociais.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia. Informação e conhecimento na inovação e no desenvolvimento local. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 33, n. 3, p. 9-16, set./dez., 2004.

BARBIERI, José Carlos; VASCONCELOS, Isabella Freitas Gouveia de; ANDREASSI, Tales.; VASCONCELOS, Flávio Carvalho de. Inovação e sustentabilidade: novos modelos e proposições. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, p. 146-154, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/yfSJ69NTb8jcHSYr3R9bztJ/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 29 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Governo federal anuncia 100 novos campi de Institutos Federais. **MEC**, Brasília, 13 mar. 2024, 12h20. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/marco/governo-federal-anuncia-100-novos-campi-de-institutos-federais>. Acesso em: 29 mar. 2024.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?lang=pt>. Acesso em: 29 mar. 2024.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão. **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, vol. 22n, p. 201-210, maio-ago. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/HMpC4d5cbXsdt6RqbrmZk3J/>. Acesso em: 29 mar. 2024.

MACEDO, Pedro Clei Sanches. Educação profissional e desenvolvimento territorial: expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 2, n. 13, p. 94-106, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/5821/0?articlesBySimilarityPage=4>. Acesso em: 29 mar. 2024.

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. **Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 3, n. 5, set. 2002. Disponível em: <https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/570>. Acesso em: 29 mar. 2024.

MINGHELLI, Marcelo. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: um futuro incerto. **Encontros Bibli: Revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 23, n. 51, p. 157-165 jan./abr., 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2018v23n51p157>. Acesso em: 29 mar. 2024.

PACHECO, Eliezer. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília: MEC/SETEC, 2010.

PACHECO, Eliezer. Desvendando os Institutos Federais: identidade e objetivos. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 4, n. 1, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.36524/profept.v4i1.575>. Acesso em: 29 mar. 2024.

PEREIRA, Luiz Antônio de Carvalho; CRUZ, João Luiz Pereira. Os Institutos Federais e o desenvolvimento regional: interface possível. **Holos**, v. 4, p. 1-18, 2019. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/7992>. Acesso em: 29 mar. 2019.

POZZER, Márcio Rogério Olivato; NEUHOLD, Roberta dos Reis. O Desenvolvimento Regional como eixo estruturante dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **PROMETEICA: Revista de Filosofia y Ciências**, nº 29, p. 41-61, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.34024/prometeica.2024.29.15280>. Acesso em: 29 mar. 2024.

RAMOS NETO, João Oliveira. A evasão escolar nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: uma análise dos planos estratégicos de permanência e êxito. **Educação em Revista**, Marília, v. 20, n. 2, p. 7-24, jul.-dez., 2019. Disponível em: [10.36311/2236-5192.2019.v20n2.02.p7](https://doi.org/10.36311/2236-5192.2019.v20n2.02.p7). Acesso em: 29 mar. 2024.

SANTOS, Fábio Alexandre Araújo. Institutos Federais: expansão, desafios e diretrizes educacionais. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, Mossoró, v. 4, n. 12, nov. 2018. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/1724>. Acesso em: 29 mar. 2024.

SOUZA, Francisco das Chagas Silva; SILVA, Silvia Helena dos Santos Costa. Institutos Federais: expansão, perspectivas e desafios. **Revista Ensino Interdisciplinar**, Mossoró, v. 2, n. 05, 2016. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/838>. Acesso em: 29 mar. 2024.

SOUZA, Mauro Sergio Pinheiro dos Santos. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como Vetores de Desenvolvimento Local e Regional. **GEOgraphia**, Niterói, v. 21, n. 47, set.-dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2019.v21i47.a28589>. Acesso em: 29 mar. 2024.

SOUZA JÚNIOR, Gilberto Romeiro de. Reflexões sobre os Institutos Federais a partir dos eixos da política pública, educação e trabalho. **Pensata**, v. 9, nº 1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/pensata/article/view/10524/7842>. Acesso em: 29 mar. 2024.